



Fórum de Direito Urbano e Ambiental - FDUA Belo Horizonte, ano 14, n. 84, nov./dez. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ O uso da hermenêutica verde na proteção/promoção do meio ambiente
Aline Oliveira Mendes de Medeiros, Sadiomar Antonio Dezordi
- ◆ A situação dos refugiados ambientais: sob o olhar da tutela jurídica brasileira
Bárbara Cristina de Oliveira Santos
- ◆ A efetividade do licenciamento ambiental como meio de proteção na região da BR-163 – Possíveis medidas alternativas
Izabela Zanotelli Collares
- ◆ Planejamento e Direito Urbanístico
Toshio Mukai
- ◆ Loteamentos urbanos e sua inscrição no registro de imóveis: aspectos jurídicos controvertidos
Virgínio Borges Piauilino

Pareceres

- ◆ Estímulos fiscais para o desenvolvimento econômico em projetos com impactos favoráveis à preservação e recuperação ambiental – Parecer
Ives Gandra da Silva Martins

Jurisprudência Selecionada

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Penal – Crime ambiental – Poluição – Artigo 54, §2º, inciso V, da Lei nº 9.605/1998 – Potencialidade lesiva de causar danos à saúde humana – Imprescindibilidade da prova do risco de dano – Insuficiência da mera potencialidade de dano – Necessidade de demonstração efetiva do dano – Realização de perícia oficial – Crime não configurado
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
Ação civil pública – Ocupação e edificação em Área de Preservação Permanente – Margens da represa da usina hidrelétrica Sérgio Motta – Inexistência de direito adquirido a poluir – Dano ambiental e nexo de causalidade comprovadas – Responsabilidade objetiva

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Ação civil pública – Área de Preservação Permanente – Edificação – Shopping Center – Termo de Ajustamento de Conduta – Homologação – Associação – Litisconsórcio ativo facultativo ulterior – Legitimidade recursal – Tutela ambiental – Interesse difuso – Transcendência das fronteiras geográficas dos Estados-Membro – Possibilidade de associação localizada em um Estado-membro integrar lide que diz respeito a empreendimento construído em outra unidade federativa – Política hídrica que pode repercutir de modo direto na de outro confrontante

◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**

Ação civil pública – Uso das praias do Município de Governador Celso Ramos – Livre acesso às praias localizadas no município – Afronta às normas que regem a utilização dos bens públicos de uso comum do povo – Omissão da União do dever de se imitar na posse de imóvel irregularmente ocupado – Responsabilidade dos réus de tomar todas as medidas necessárias para retirada de todos os obstáculos impostos por particulares ao uso das praias, bem como identificar as ocupações irregulares – Multa por descumprimento da obrigação – Publicação da sentença em jornal – Necessidade de conhecimento da população

◆ **Tribunal Regional Federal da 5ª Região**

Ação civil pública – Área de Preservação Permanente – Desmatamento – Responsabilidade objetiva do proprietário – Culpa in vigilando – Possibilidade de auto-recuperação da área degradada com a paralização das invasões predatórias – Disponibilização de veículos e pessoas para a fiscalização do local – Atividade inerente ao poder de polícia estatal – Impossibilidade de imposição desta obrigação a particular – Serviço público que deve ser prestado pela própria Administração

Ementário

- ◆ Área de Preservação Permanente
- ◆ Ação Civil Pública
- ◆ Administrativo
- ◆ Animal Silvestre
- ◆ Crime Ambiental
- ◆ Infração Ambiental
- ◆ Licença Ambiental
- ◆ Penal e Processual Penal
- ◆ Responsabilidade Ambiental

Tendências Jurisprudenciais

- ◆ Administrativos
- ◆ Animal Silvestre
- ◆ Área de Preservação Permanente
- ◆ Crime de Dano ao Patrimônio Histórico

Legislação